

Para democratizar a economia, fortalecer as companhias abertas

Charles B. Holland

Em decorrência da eleição recente de Fernando Collor de Mello, que pregou durante sua campanha eleitoral o fortalecimento da democracia na economia e da iniciativa privada, seria oportuno explicitar algumas propostas a serem consideradas pelos seus assessores diretos, enquanto estiverem elaborando os planos de governo.

Antes de indicar soluções, seria oportuno lembrar alguns dos principais problemas que hoje inibem a nossa economia e prejudicam seriamente a qualidade de vida do nosso povo. Estamos convivendo com uma hiperinflação acima de 50% ao mês. O prof. Milton Friedman, economista de renome mundial, sempre enfatizou que não existe democracia onde houver inflação. A inflação prejudica a transparência, da prestação de contas e a credibilidade dos negócios, devido à instabilidade da moeda.

Segundo o IBGE, somente 58% dos empregados nas grandes capitais do Brasil têm carteira de trabalho assinada. Fora das grandes cidades, o número de empregados sem carteira de trabalho é ainda maior. Isso significa um número altíssimo de pessoas trabalhando no mercado paralelo.

A carga tributária do Brasil é extremamente elevada para aqueles que contribuem corretamente. Por exemplo, uma empresa industrial do setor de autopartes, cujo produto é caixa de marcha, sujeita a uma alíquota baixa de IPI de 12%, está sujeita à tributação de 47% (inclui Iapaz, FGTS, PIS e Finsocial) sobre a totalidade do seu faturamento. Enquanto nos Estados Unidos o cidadão paga ao Estado, na compra de um automóvel, cerca de 6% de impostos, aqui esta quantia oscila de 33 a 38% em IPI, 18% em ICMS, além de outros impostos e contribuições menores.

O volume de papéis, transações e saldos bancários ao portador é também muito elevado no Brasil, o que dá margem a transações comerciais sem tributação e propicia o funcionamento do mercado paralelo. O próprio Estado protege o anonimato, através de extensa legislação, talvez até desestimulando aqueles que querem agir com correcção.



dente da República, que precisará contar também com ótimos assessores.

Em termos de caminhos para soluções, o nosso "Rei" Pelé foi muito feliz em artigo recente na revista *Veja*, no qual prega um pacto moral, indicando que corruptos e ladrões devem ir para a cadeia e que quem não trabalha deve ser demitido. De forma mais específica, acredito ser muito importante apontar agora rumos para a democratização da economia e a retomada de investimentos maciços em atividades produtivas. Além de combater a inflação e adotar as idéias preconizadas por Pelé, temos que pleitear uma nova direção na Comissão de Valores Mobiliários, constituída por executivos atuantes e dinâmicos. Sua missão, com o respaldo do presidente da República, Congresso e ministérios, será aumentar, dentro de cinco anos, o número de investidores assíduos na bolsa de valores, de 10.000 para 1 milhão, e fazer com que as companhias abertas passem das 950 atuais para 2.500. Nesse ínterim, com muita persistência e coerência, teremos que aumentar a percentagem de investimentos no País — hoje de 17% do PIB — para 30% anuais, destinados principalmente a obras geradoras de empregos, de forma permanente.

Esse esforço é essencial para a criação de milhões de empregos anuais, com salários dignos. A nova Comissão de Valores Mobiliários deverá também promover a modernização do mercado de capitais, introduzindo instrumentos que inspirem confiança e retidão, estimulem investimentos e promovam a efetiva democratização da economia através da colocação do maior número possível de ações nas mãos dos cidadãos desta Nação. Como os grandes países do mundo, temos que criar condições para que os brasileiros acreditem que aplicações em ações constituem a melhor opção de investimento e poupança para pequenos, médios e grandes investidores.

Os novos dirigentes da Comissão de Valores Mobiliários devem criar, ainda, com amplo respaldo das entidades de classe, condições políticas para a redução nominal dos principais impostos e a eliminação de impostos, empréstimos e contribuições do tipo "caça-niqueis". Para compensar a redução de receita tributária é necessário promover a venda inteligente, e a preço justo, de empresas estatais para o

postura ética e na credibilidade, em benefício de todos.

Finalmente, para resumir, é essencial que o novo governo volte a dar tratamento preferencial às companhias abertas, que são o carro-chefe da abertura da democratização da economia. É indispensável também proporcionar condições de segurança que levem a sociedade, de modo geral, a fazer mais poupança, e que esta seja revertida em investimentos em companhias abertas. Mais

investimentos significarão mais empregos, melhores salários e menor número de pobres. É disso que precisamos. Com uma boa liderança e o apoio de toda a sociedade, certamente conseguiremos esse objetivo, num prazo que poderá não ir além de cinco anos.

Charles B. Holland é sócio da Ernst & Young, Biedermann, Bordash, Sotec e vice-presidente nacional da Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade.

setor privado. Essa medida permitirá, a curto prazo, reduzir a carga tributária a níveis competitivos e aceitáveis em termos locais e internacionais. Sem essa medida será impraticável promover retidão.

É essencial, também, que o Estado comece a dar bons exemplos, introduzindo códigos de comportamento ético em suas companhias abertas, de forma obrigatória, com ampla divulgação para todos os seus funcionários. Se todos os funcionários das empresas estatais tomarem conhecimento, de forma explícita, de todos os seus direitos e obrigações, haverá melhoria considerável na